



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DO GRUPO MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA (MST), DO SEU REAL PROPÓSITO, ASSIM COMO DOS SEUS FINANCIADORES

Apresentação: 22/05/2023 12:19:32.313 - CPIMS

REQ n.64/2023

REQUERIMENTO N ° DE 2023

Requer seja convidado o Sr. Dom José Ionilton, bispo da prelazia de Itacoatiara (AM) e Presidente da Comissão Pastoral da Terra para participar de audiência pública a fim de tratar sobre os dados de violência no campo, seus tipos, contextos e recortes espaciais.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, com base na Lei 1.579/1952 e art. 36 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que seja convidado o Sr. Dom José Ionilton, bispo da prelazia de Itacoatiara (AM) e Presidente da Comissão Pastoral da Terra, para que informe esta comissão a respeito dos dados de violência no campo, seus tipos, contextos e recortes espaciais, essencial para entendimento do contexto social no qual o movimento se insere.

JUSTIFICATIVA

A presente Comissão Parlamentar tem o propósito de criminalizar o Movimento Sem Terra no Brasil, em nítida estratégia de desviar as atenções para os reais problemas nacionais sobre as condições de vida e produção no campo, dos riscos existentes para produção de alimentos saudáveis e de forma sustentável e digna, pela crescente contaminação e adoecimento nacional pela manipulação descontrolada de elementos tóxicos e ainda diante de estatísticas de violência incompatíveis com um país democrático e com histórica pendência de regularização fundiária em pleno século XXI.

A fim de que essa Comissão Parlamentar cumpra seu papel, no intuito de perquirir o real propósito do Movimento Sem Terra e sua atuação, importa conhecer o contexto social dos conflitos pela terra no país.

A Comissão Pastoral da Terra nasceu em 1975 em resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em





CÂMARA DOS DEPUTADOS

seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Foi fundada, portanto, no intuito de acompanhar os brasileiros afetados pelos conflitos da terra, justamente o contexto no qual se insere o Movimento Sem Terra, objeto de investigação nesta CPI.

Ao longo de 48 anos, a CPT cumpre papel fundamental na observação e registro dos dados sobre a violência no campo no Brasil. A exposição da CPT sobre tais dados é fundamental para que esta comissão compreenda o conflito pela terra no país.

Por essa razão, o presente requerimento permitirá à CPI conhecer o contexto social no qual se insere o MST a fim de pavimentar o entendimento sobre o real propósito do movimento social.

Para tanto solicitamos o apoio aos nobres para a aprovação deste requerimento.

Sala das Comissões, de 2023.

Dep. NILTO TATTO (PT/SP)

Dep. PADRE JOÃO (PT/MG)

Dep. PAULÃO (PT/AL)

Dep. VALMIR ASSUNÇÃO (PT/BA)

Dep. CAMILA JARA (PT/MS)

Dep. GLEISI HOFFMANN (PT/PR)

Dep. JOÃO DANIEL (PT/SE)

Dep. MARCON (PT/RS)





Requerimento **(Do Sr. Nilto Tatto)**

Requer seja convidado o Sr. Dom José Ionilton, bispo da prelazia de Itacoatiara (AM) e Presidente da Comissão Pastoral da Terra para participar de audiência pública a fim de tratar sobre os dados de violência no campo, seus tipos, contextos e recortes espaciais.

Assinaram eletronicamente o documento CD230528747400, nesta ordem:

- 1 Dep. Nilto Tatto (PT/SP) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 2 Dep. Marcon (PT/RS) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 3 Dep. Paulão (PT/AL) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 4 Dep. João Daniel (PT/SE) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 5 Dep. Valmir Assunção (PT/BA) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 6 Dep. Padre João (PT/MG) - Fdr PT-PCdoB-PV
- 7 Dep. Camila Jara (PT/MS) - Fdr PT-PCdoB-PV

